

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA (11/2019)**

### **CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN**

**Santo André, 10 de dezembro de 2019.**

#### **PARTICIPANTES**

##### **Poder Público:**

- José Rogerio Moreira Santana – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Rogério Cavanha Babichak – representante titular da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA)
- Sérgio Bombachini – representante titular do Departamento de Planejamento e Obras (SEMASA)
- José Elidio Rosa Moreira – representante titular do Departamento de Resíduos Sólidos (SEMASA)
- Regina Celia Aparecido Done – representante titular da Secretaria de Gestão Financeira (PSA)
- Douglas Alexandre Soares – representante suplente da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (PSA)
- Rosimeire Cândida B. Clemente – representante titular da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA)
- Paulo Henrique Borges de Oliveira – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente (PSA)
- Zilda Rodrigues de Lima – representante titular da Secretaria de Saúde (PSA)

##### **Sociedade Civil:**

- Luis Antonio Sampaio da Cruz – representante titular da ACISA
- José Augusto Pires de Abreu – representante titular da AEASA
- João Martins Ferro – representante titular da Associação dos Aposentados
- Valdinete Maria Matos – representante titular do Clube da Família do Parque Andreense
- Roberto Carlos Sallai – representante titular da FSA
- Josenilda Maria da Silva – representante titular do MDDF
- Ivone de Arruda Carvalho – representante titular do MDV
- Irene Grasson P. de Souza Viola – representante suplente da OAB

- Helton Alves da Costa – representante titular do SEESP
- Jaime de Oliveira Batista – representante titular do Sindserv Santo André
- Ricardo Hideo Taniwaki – representante titular da UFABC

**Convidados:**

- Daniela S. G. Milanes – Semasa
- Raphael A. M. Pedro – Semasa
- Edir Linhares – Muncípe
- Ana Paula Pinho Kordash – Muncípe
- Miguel M. Magro – Muncípe
- Marialice B. Mugaiar – DMAV/PSA
- Raquel F. Varela – MDV
- Elena M. Rezende – SOS PNP
- Júlio Bastos – MDV
- Glaucia Bueno Quirino – OAB
- Silvia Passarelli – COMDEPHAAPASA

## **PAUTA**

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva;
- Aprovação da memória da reunião de 19/11/2019;
- Aprovação dos relatórios do GT – Infrações e Processos Ambientais;
- Proposições e questionamentos;
- Pauta:
  - ✓ Aprovação do Calendário Anual de Reuniões – 2020 (Comugesan);
  - ✓ Apresentação do Projeto para Ampliação do Estacionamento do Paço Municipal.

## **ABERTURA**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) abriu e presidiu a plenária.

## **INFORMES**

### **INFORMES DA PLENÁRIA**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) abriu espaço para os informes da plenária.
- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) perguntou como ficou a questão da representação do Conselho de Paranapiacaba.
- Daniela S. G. Milanes (DGA/SEMASA) respondeu que encaminhou e-mail e ofício para o departamento responsável e que informaram que na próxima reunião iriam tirar os representantes e encaminhariam as indicações para o Comugesan, mas ainda não encaminharam.
- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) disse que já tiraram os representantes e questionou quais seriam os próximos passos.
- Daniela S. G. Milanes (DGA/SEMASA) informou que eles encaminham formalmente as indicações por e-mail ou por ofício e é publicada a portaria de nomeação.

### **INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) falou sobre a indicação de representantes para o Colegiado da Ouvidoria, CONDIVIS e CMPU. Perguntou quem tinha interesse em participar.
- Josenilda Maria da Silva (MDDF) manifestou interesse em participar como representante do Comugesan no Colegiado da Ouvidoria.
- A plenária aprovou a indicação.
- Como não houve manifestação para representação no CONDIVIS (titular e suplente), será encaminhada a solicitação por e-mail para conhecimento dos membros da sociedade civil que não estavam presentes.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que o Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) é o representante [titular] do Comugesan no CMPU e questionou se ele tinha interesse em continuar.

- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) respondeu que sim e perguntou se o Comugesan recebe as pautas das reuniões do CMPU.
- Daniela S. G. Milanes (DGA/SEMASA) disse que eles encaminham para o e-mail do Comugesan a convocatória das reuniões. Informou que houve uma revisão no Regimento Interno do Comugesan que pede que os representantes em outros conselhos tragam as informações para as reuniões.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) acrescentou que de acordo com o artigo 45 qualquer votação em outros conselhos o representante não pode votar em nome da sua entidade, tem que trazer o assunto para o Comugesan e, caso não possa, abster-se de votar.
- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) declinou da representação no CMPU. Disse que para participar de um conselho em que tem que se abster por orientação de outro conselho, não irá participar.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que isso foi amplamente discutido e modificado de acordo com a plenária, como não estava presente perdeu a chance de colocar seu posicionamento. Não aceitam como conselho que a pessoa não fale em nome do Comugesan.
- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) disse que concorda só que é normal acontecer por defasagem de dia. Recorda-se de ter participado de uma votação em que não se absteve, mas o assunto esteve no Comugesan e não houve uma posição oficial.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se trouxe o assunto para o Comugesan.
- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) respondeu que não.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que então não pode, que agora deve trazer para o conselho para discutir e que foi aprovado em reunião.
- José Rogerio Moreira Santana (DGA/SEMASA) questionou o que acontece se eventualmente, depois de uma discussão em que se tirou a posição do conselho, o representante votar contrário a essa posição.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que não pode e que há uma Comissão de Ética, que até hoje não foi usada, mas no caso de uma advertência dessas terão que analisar.
- Josenilda Maria da Silva (MDDF) se candidatou como representante titular do Comugesan no CMPU.
- A plenária aprovou a indicação.

- Como não houve a candidatura de um representante suplente para o CMPTU, a solicitação será encaminhada por e-mail.
- José Elídio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) disse que participou da discussão, mas na realidade continuam mancos na questão final, pois ir para a Comissão de Ética não modifica o voto que pode ser contrário e que acabe gerando uma saída justa.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) comentou que não chegaram a discutir sobre a Comissão de Ética e realizou a leitura do artigo 45 do Regimento Interno do Comugesan:

**Artigo 45** – Quando solicitada a representação de membros do COMUGESAN em outros conselhos, estes serão eleitos pela plenária, sendo um titular e um suplente, que deverão:

*I – representar nas reuniões dos referidos conselhos em nome do COMUGESAN;*

*II – trazer os assuntos que envolvem as questões ambientais, para serem discutidos no âmbito do conselho, em especial os que envolvem a legislação pertinente, e que deverão ser aprovados na plenária, e não havendo consenso ou tempo hábil de análise, abster-se de votar naquele conselho;*

*III – jamais poderá votar em nome da entidade na qual participa, ou de cargo governamental que ocupa, esse voto deve sempre representar o coletivo dos conselheiros do COMUGESAN;*

*IV – realizar informes a plenária do COMUGESAN sobre as reuniões do conselho para o qual foram indicados;*

*V – encaminhar cópia da memória/ata das reuniões desses conselhos para a secretaria executiva do COMUGESAN.*

*§ 1º – A escolha ou indicação dos representantes dar-se-á na primeira reunião do ano ou assim que a presidência do COMUGESAN receber a solicitação.*

*§ 2º – Os representantes eleitos exercerão a representação para o ano em que foram escolhidos, podendo se reeleger para o ano seguinte.*

## **PROPOSIÇÕES E QUESTIONAMENTOS**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se há alguma proposição ou questionamento.
- A plenária não se manifestou.

## **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) solicitou dispensa da leitura da memória da reunião de 19 de novembro de 2019, uma vez que todos

receberam com antecedência e perguntou se a plenária tem alguma consideração.

- A plenária aprovou a memória da reunião de 19 de novembro de 2019.

### **APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO GT - GRUPO DE TRABALHO INFRAÇÕES E PROCESSOS AMBIENTAIS**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) solicitou dispensa da leitura dos relatórios do GT, uma vez que todos receberam com antecedência.
- A plenária aprovou as decisões do grupo com relação aos processos: 44/2019, 214/2019, 260/2019, 166/2019, 221/2019, 438/2019, 29498/2015 e 91/2018.
- Os relatórios serão anexados aos respectivos processos.

### **PAUTA**

### **APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES - 2020 (COMUGESAN)**

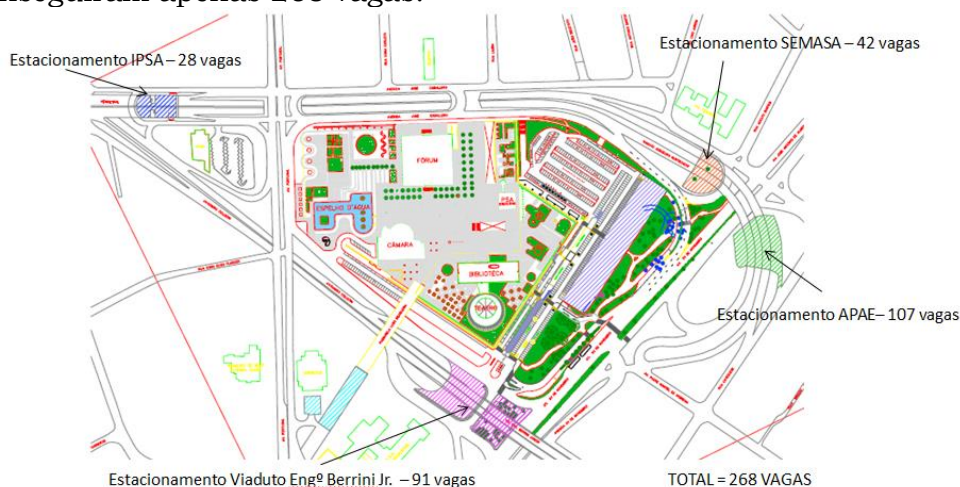
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se todos leram o calendário, se têm alguma dúvida ou complementação e se o aprovam.
- A plenária aprovou o calendário de reuniões para o ano de 2020.

### **APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO PAÇO MUNICIPAL**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que convidaram a Silvia do COMDEPHAAPASA para que possa dar uma explicação do tombamento histórico e o conselheiro Ricardo da UFABC que apresentará um relatório após a apresentação do projeto. Convidou Rosimeire (DMAV/SMSU) para a apresentação.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) disse que como todos receberam o arquivo com a proposta de ampliação do estacionamento colocaria apenas alguns dados e informações referentes.
- Informou que hoje o paço conta com 464 vagas de estacionamento e têm um déficit muito grande com relação à quantidade de funcionários, prestadores de serviço e munícipes que utilizam os serviços do Paço Municipal. Isso foi uma demanda para a ampliação do estacionamento e também o acordo que existe do Ministério Público com relação ao

estacionamento irregular que existe no mosaico do paço. Por obrigação, tem que retirar os veículos daquele bem tombado e levá-los para algum outro lugar da prefeitura, das redondezas, ou dos limites do entorno do paço.

- Disse que das 464 vagas, 360 são destinadas aos funcionários, 70 aos municipais e o restante são vagas rotativas. A necessidade hoje é de 920 vagas e já tem o rodízio de 165 vagas para tentar atender a prestação de serviço.
- Observou que por conta dessa necessidade buscaram em todo o entorno várias opções para suprir essa deficiência e mesmo assim conseguiram apenas 268 vagas:



- Mostrou a área verde a ser ocupada pela ampliação do estacionamento, se o projeto for implantado:



- Explicou que o espaço foi escolhido por ter a menor massa arbórea dentro das áreas verdes do entorno do paço, onde haverá menos movimento de solo e onde já ocorreram várias intervenções.



- Disse que essa ampliação ocupará um espaço de 3.533,61 m<sup>2</sup> de um total de 11.600 m<sup>2</sup>, considerando somente a faixa do parque linear e não do entorno das áreas verdes. Amplia-se para um total de 645 vagas, cria-se bicicletário e permanece o estacionamento rotativo no paço.
- Informou que para a ampliação e até para uma análise de todo o espaço, identificaram uma série de outros conflitos que existiam com o uso da praça na parte do térreo: muito fluxo desordenado de pedestres. Fizeram vários estudos e contemplaram também essa solução na implantação do estacionamento.
- Apresentou outros pontos que deverão ser melhorados com a implantação, ou que, independente disso, precisam ser observados para uma reformulação do espaço:



- Observou que a área, em porcentagem, chega a ser um terço da área do parque linear, mas não chega a 10%/8% do total de impermeabilização de áreas verdes do entorno.
- Edir Linhares (município) disse que na reunião anterior foi questionado por que não se usa um espaço alternativo para o estacionamento. Comentou que no começo do ano esteve no encontro da Associação Ibero-Americana de Mobilidade Urbana Sustentável e estão tentando reduzir a demanda do uso do transporte individual. É uma excelente oportunidade de questionar por que tem que se atender essa demanda do aumento do transporte individual, pois estão indo na contra mão dessa questão.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) informou que fazem estudo de mobilidade e fazem parte de grupos de discussão.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) observou que no CMPU aprovam edificações sem vaga de garagem em frente às linhas do trólebus,

exatamente para coibir o uso do veículo individual. Fica uma gestão esquisita, pois para a prefeitura há estacionamento, mas aprovam a execução de prédios de vinte andares sem garagem obrigatória exatamente para incentivar o uso do transporte público.

- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) falou que entendem e o déficit é muito grande na questão da prestação do serviço também. Querem incentivar o transporte coletivo, têm os planos que incentivam uma frota nova e diferenciada, mas infelizmente essa é a demanda.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) comentou que a Resolução CONAMA 369/2006, no artigo 8º, fala o que considera como área verde de domínio público e que desempenha a função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, com a função ambiental da cidade. Quando passam a dar prioridade para colocar carro em uma área pública verde, algo está errado no sistema de gestão da cidade, principalmente no Paço Municipal que é o cartão postal da cidade. Têm um jardim que deveria estar constituído de forma até mais adequada para esse conjunto paisagístico e arquitetônico e do outro lado arrancaram todas as árvores, colocaram cimento e as árvores estão pequenas.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) observou que as árvores estão se desenvolvendo bem, são as adequadas para o espaço e as que estavam tinham problemas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que na área verde as pessoas passam à tarde de sábado e domingo sentados ou brincando com a família e agora vão dar prioridade para o carro. Amanhã, muda-se o sistema energético e como vão fazer para reconstituir o que se perdeu. Estão tirando uma área verde para dar espaço à indústria do estacionamento.
- Glaucia Bueno Quirino (convidada OAB) acrescentou que esse posicionamento da prefeitura é um passo atrás em relação ao meio ambiente e se têm programas na prefeitura que incentivam e procuram melhorar o transporte coletivo, então tem que começar de dentro para fora da prefeitura. Não podem implementar uma medida que viabiliza ou estabelece mais carros para os funcionários e menos carros para a população. Se fizerem isso estarão dando o exemplo contrário da política que o mundo está seguindo, a tendência é menos carros e mais transportes coletivos. Precisam fazer com que as pessoas reflitam e a prefeitura tem um papel importante nisso.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) informou que 900 vagas de demanda são surreais e questionou de quem é a demanda. O poder público destruindo área verde para criar vagas é um absurdo.
- Elena M. Rezende (convidada SOS PNP) perguntou sobre o acordo com o Ministério Público.

- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) informou que tem um TAC, que foi encaminhado para todos, que exige que todos os veículos que ficam estacionados sobre o mosaico (os da Câmara e do Fórum) não podem mais ficar ali e nem deveriam ficar. Teve um projeto de se criar um estacionamento subterrâneo na área da Praça IV Centenário, que foi aprovado, mas é inviável de ser implantado por conta de orçamento, viabilidade, implantação de obra e de arquitetura e a justificativa está até no TAC. Teve uma licitação para a implantação, mas não houve interesse das pessoas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) questionou se o TAC que foi encaminhado está incompleto, pois não fala sobre isso.
- Elena M. Rezende (convidada SOS PNP) observou que questionou sobre esse TAC, pois ele tem que ter uma finalização. É curioso notar que nos últimos anos tem aumentado o número de carros e de vagas de estacionamento. A câmara também tem aumentado as suas vagas de estacionamento. A prefeitura, por conta de uma obra, utilizou uma parte da área verde durante muitos anos e ainda está lá tamponada, usando como bota-fora e outras coisas. A área do estacionamento que fica dentro do prédio no subterrâneo, que sempre foi usada para os carros oficiais foram expulsos para a área externa, ocupando uma faixa enorme do lado da calçada do teatro municipal, nos dois lados, e dentro do paço agora só estão carros de secretários. Existe um mau gerenciamento sobre as necessidades de um estacionamento. O pessoal que fica naquele ponto de ônibus fica na pior situação, engolindo fumaça altamente contaminadora, porque há um transporte coletivo na cidade que ainda não proibiu o uso de fumaça preta, óleo diesel de terceira categoria. Quem deveria estar aqui é quem é responsável pelo plano de mobilidade da cidade, porque discutir a questão de vagas sem discutir todo o plano de mobilidade fica incompleto e sobrecarrega a defesa do projeto. Falou sobre o problema com as escolas particulares na região do Paço Municipal que tumultuam e param o trânsito. O México proibiu todas as escolas de entrarem com carros particulares, apenas com coletivos, isso sim é política pública de gestão, de mobilidade e de trânsito. Reiterou que o poder público tem que dar exemplo e o melhor exemplo não é tirar uma área verde da área central, pois está incompleta, poderia estar bem melhor e se está precisando de modificações já poderiam ter feito. Questionou o recurso que têm para fazer isso e disse que faltam respostas para algum tipo de decisão.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) pontuou que a intenção é apresentar, para surgirem os questionamentos e então as demandas serem encaminhadas para quem realmente tem que estar respondendo e até melhorando.
- Elena M. Rezende (convidada SOS PNP) sugeriu que para fazer melhor essa discussão precisaria alguém da Secretaria de Mobilidade, que é o responsável pelo atual plano e que apresente orçamento, um plano de ação e como isso dialoga com esse projeto. Outra presença importante é

o promotor público desse TAC, pois ele precisa ouvir a sociedade civil. Questionou qual é a contrapartida do Fórum, porque também é usuário do paço. Disse que o prédio da CTBC, que está abandonado e é público, tem um pátio de estacionamento enorme e questionou se essa área foi estudada como possibilidade.

- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) respondeu que não.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) perguntou se esse projeto é da SMSU e quem o tirou da gaveta.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) disse que esse trabalho foi desenvolvido pela Secretaria de Administração que tem a necessidade de ampliação e que a Secretaria de Manutenção que acaba executando, porque fazem toda a parte de manutenção e conservação das áreas verdes da cidade e têm de estar envolvidos até na questão do transplante, da viabilidade e estudo da vegetação.
- Júlio Bastos (convidado MDV) falou que por mais soluções que achem a demanda de carros nunca vai diminuir, sempre vai aumentar e não adianta acabar com toda a área verde. Todas as áreas em baixo de viadutos estão sendo utilizadas pela prefeitura e uma delas poderia servir para o Fórum ou para a Câmara. Além do problema de acabar com a área verde tem o problema da drenagem. O estacionamento do paço era feito de lajotas e depois que asfaltaram começou a dar enchentes.
- Rosimeire Cândida B. Clemente (DMAV/SMSU) observou que isso não acontece mais.
- Júlio Bastos (convidado MDV) comentou que quanto mais cimentar, pior vai ser para essa situação de drenagem. A solução tem que ser outra, tem que ser de transporte público que não seja poluente. Propôs que haja uma audiência pública para que possam escutar todas as partes, sugestões e decidam democraticamente qual a melhor solução.
- Sílvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) informou que é a presidente do conselho de defesa do patrimônio, tiveram um racha muito grande dentro do conselho quando foi apresentado isso e nas várias vezes em que discutiram questionavam para que mais espaço para carros. A prefeitura até apresentou uma solução interessante que seria reorganizar vários espaços de estacionamento que estão desorganizados, criando novas vagas que vão ser geridas internamente pela terceirizada. Só que tem um número mágico de 920, como se todo mundo precisasse ir de carro e tinha que chegar nesse número. Estão aumentando o número de vagas nestas áreas em torno do paço, mas o que está parecendo é garantir mais vagas para um empreendedor privado poder ganhar mais dinheiro. Apesar do TAC, o ônibus da GCM continua parando em cima do mosaico. Essa situação vai continuar, vão aumentar as vagas, mas os vereadores e o pessoal do Fórum vão

continuar parando no lugar errado e o estacionamento ganhando mais dinheiro. Se existe a perspectiva de criar novas vagas, por que tem que entrar nessa área e não testar o que está acontecendo, vai ver não tem essa demanda de 920 vagas, esse déficit de 395 vagas, fora o Fórum e a Câmara. O esvaziamento que teve no subsolo, na garagem da prefeitura, não é claro, parece que é para criar demanda por mais vagas. Não há ações para a preservação do piso, tinha milhões de alternativas para melhorar, mas o que interessa é suprir a cidade de área verde e aumentar o número de vagas para a iniciativa privada poder alugar mais vagas.

- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) disse que conversou com a professora Melissa Cristina Pereira Graciosa da UFABC que é especialista em Hidráulica e Drenagem, fez Doutorado na área e trabalhou em uma empresa de drenagem urbana. Pediu para que ela fizesse um laudo sobre o projeto de implantação do estacionamento e que ela se baseou na planta enviada ao Comugesan. Fez a leitura do documento:

**Do escopo**

*Pretende-se avaliar, do ponto de vista da drenagem e sustentabilidade, a proposta de requalificação da Praça IV Centenário – Paço Municipal de Santo André, a qual prevê a ampliação do estacionamento existente, com a construção de uma nova área de estacionamento, com 228 vagas. A área da ampliação do estacionamento ocupará 4070,91 m<sup>2</sup> da área do jardim e haverá a adequação do sistema viário, conforme descrito no documento anexo.*

**Dos critérios de análise: premissas e diretrizes para a drenagem sustentável**

*A proposta foi analisada à luz das premissas e diretrizes atualmente aceitas para a drenagem sustentável que inclui, além do controle do escoamento superficial, também considerações sobre a qualidade das águas de escoamento superficial e os aspectos de biodiversidade e conforto térmico. Foi feita uma análise preliminar da área de escopo do projeto, tal qual se encontra atualmente e no cenário proposto pelo projeto. Analisou-se quantitativamente a ampliação do escoamento superficial em decorrência da implantação do mesmo e fez-se considerações preliminares acerca dos aspectos de sustentabilidade relacionados à drenagem.*

*A implantação de áreas impermeáveis, com cobertura asfáltica, produz a ampliação do escoamento superficial decorrente das chuvas. De acordo com as referências vigentes (Tucci, Porto e Barros, 1995; Canholi, 2014; São Paulo, 20112; Vilella e Matos, 1975, dentre outras), em drenagem urbana, pode-se estimar a vazão decorrente de uma chuva de projeto a partir do método racional, o qual considera que a vazão de escoamento superficial (Q, em m<sup>3</sup>/s) gerada por uma dada precipitação é igual à precipitação (i, em mm/h) multiplicada pela área (A, em km<sup>2</sup>) vezes um coeficiente de escoamento superficial (C, adimensional) que varia de 0 a 1 e é tanto maior quanto maior for a impermeabilização do terreno.*

*O método Racional é, dessa forma, representado pela equação  $Q = 0,278 \cdot C \cdot i \cdot A$ , e resulta em um indicativo do volume de escoamento superficial que é encaminhado, pela área em questão, para a rede de drenagem.*

*Para projetos de microdrenagem e zoneamento de áreas como parques e jardins, considera-se que os sistemas devam ser dimensionados para comportar o escoamento superficial decorrente de uma chuva que ocorra, em média, a cada 10 anos (São Paulo, 2012). Para a região de Santo André, tal*

precipitação corresponde a uma tormenta de aproximadamente 63,0 mm em 1 hora de duração. Esta foi a intensidade de chuva considerada para a presente análise.

Além do critério quantitativo, outras premissas devem ser observadas em projetos no que diz respeito aos impactos na microdrenagem, quais sejam: a manutenção ou restabelecimento do conforto térmico; a manutenção ou restabelecimento da biodiversidade e a qualidade das águas de escoamento superficial.

#### **Da análise do projeto**

- **Do ponto de vista quantitativo**

Estima-se a seguinte vazão de escoamento superficial gerada pela Praça IV Centenário, na área relativa à ampliação de estacionamento proposta:

Precipitação de projeto: 63 mm/h (TR 10 anos, 1 hora de duração)

Área: 4070,91 m<sup>2</sup> = 0,004071 km<sup>2</sup>

Coefficiente C atual (com jardim): 0,20

Coefficiente C futuro (com estacionamento): 0,95

Vazão de escoamento superficial atual (com jardim): 0,0143 m<sup>3</sup>/s = 14,3 l/s

Vazão de escoamento superficial futura (com estacionamento): 0,0677 m<sup>3</sup>/s = 67,7 l/s

Conclusão: do ponto de vista da formação do escoamento superficial, a vazão produzida pela área deverá aumentar cerca de 373% em relação à atual.

Há que se considerar se o sistema de drenagem existente é capaz de comportar tal acréscimo, do contrário, poderá ocorrer a formação de alagamentos durante as tormentas de maior parte.

- **Do ponto de vista qualitativo, de biodiversidade e conforto térmico**

Atualmente, a drenagem urbana sustentável fundamenta-se em um tripé de quantidade, qualidade e biodiversidade, em que busca-se soluções integradas que possibilitem a manutenção da qualidade de vida da população. Medidas nesse sentido vem sendo implantadas pelas cidades, buscando-se a sustentabilidade da drenagem e a produção de ambientes urbanos seguros e agradáveis para as pessoas.

Como referência para a análise desses critérios, recorre-se à atual legislação do Município de São Paulo, conhecida como Quota Ambiental, vigente desde 2016 naquela cidade. A Lei 16.402, do Município de São Paulo, de 22 de março de 2016, estabeleceu um novo critério para a manutenção de áreas permeáveis e sistemas de aproveitamento de águas de chuva baseado no conceito de QUOTA AMBIENTAL. Em dezembro de 2016, foi aprovado pela Prefeitura o Decreto Nº 57.565 que regulamenta a aplicação da Quota Ambiental como novo parâmetro urbanístico de uso e ocupação do solo previsto no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo (PDE 2014). A Quota Ambiental é um fator que avalia a contribuição do lote para a sustentabilidade em termos de controle do escoamento superficial (drenagem), microclima (redução das ilhas de calor) e biodiversidade. De acordo com a localização no mapa da cidade e tamanho do lote, é prevista uma quota ambiental (valor numérico) calculada mediante um conjunto de medidas sustentáveis, como pavimentos permeáveis, vegetação, sistemas de infiltração de águas de chuva.

Estima-se que a área arborizada e com cobertura superficial de jardim tenha um potencial para a manutenção de conforto térmico e biodiversidade o qual deverá ser sensivelmente reduzido com a implantação de cobertura asfáltica e retirada das árvores.

#### **CONCLUSÕES**

*Atualmente, a tendência das cidades é cobrar dos proprietários de empreendimentos que sejam aplicadas práticas de drenagem sustentável consonantes com as diretrizes e premissas preconizadas pela literatura de referência. É de se esperar, portanto, que as áreas públicas e institucionais tenham o mesmo zelo com o ambiente, buscando um espaço urbano mais seguro e também agradável para os cidadãos.*

*A análise preliminar realizada aponta um potencial impacto na formação de alagamentos, com ampliação do escoamento superficial da ordem de 373% em relação ao atual.*

*Além disso, considera-se que o projeto contraria as premissas atualmente praticadas de drenagem sustentável, resultando em potencial perda do ponto de vista de conforto térmico, biodiversidade e qualidade do escoamento superficial.*

*Não foi identificada no projeto qualquer proposta de medida compensatória de seus impactos, de modo que entende-se que o projeto, tal como está, não encontra-se condizente com as práticas de drenagem sustentável que se busca alcançar com projetos de empreendimentos urbanísticos.*

- Sérgio Bombachini (DPO/SEMASA) comentou que têm muitas fontes de consulta no Semasa e na prefeitura toda referenciada no trabalho da prefeitura de São Paulo, legislação municipal de drenagem e LUOPS.
- Miguel M. Magro (município) falou que não viu nenhuma preocupação com o manejo da parte da fauna do local, pois é uma rota migratória de pássaros na região com mais de cem espécies de aves migratórias e isso seria uma informação relevante para fazer qualquer alteração naquela área, porque alterando as características biológicas da área você altera a dinâmica. Informou que é biólogo, trabalha com observação de aves em Santo André, que a prefeitura é um hotspot de observação de aves e é um dos únicos locais da cidade onde podem observar uma determinada espécie de ave que chega todo mês de setembro, se reproduz e em janeiro parte para o sul da América do Sul.
- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) disse que tem dois fatores que interferem muito e não viu serem considerados e que podem piorar o projeto da prefeitura, como melhorar. Um deles é levar em conta o cálculo da declividade do terreno e o outro é a infraestrutura de drenagem existente no caminho do corrimento da água.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) observou que com certeza seriam dados que poderiam enriquecer muito a análise, mas mandaram o projeto apenas na semana anterior.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) comentou que pelo que foi apresentado não há estudo de drenagem e pela vivência aquela é uma área de alagamento.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) esclareceu que com os dados encaminhados a professora considerou como uma área plana.

- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) informou que em cima do Paço Municipal tem dois tombamentos, o primeiro é o do estado que tombou a obra no Rino Levi, sem considerar a área envoltória, ou seja, na área envoltória podem fazer qualquer coisa. A prefeitura analisou o projeto do Rino Levi como simbólico e importante, mas o uso do Paço Municipal também, então o COMDEPHAAPASA tombou uma área maior, o que é considerado Paço Municipal pelo munícipe. Então não foi necessário pela SMSU encaminhar essa proposta para o conselho estadual, porque não atinge a área tombada por eles e legalmente estão em acordo. O tombamento ainda existe, o que eles mudaram foi a diretriz do tombamento, então na reunião foi apresentada uma nova diretriz possibilitando o estacionamento na área. Infelizmente estavam com dois conselheiros a menos na reunião e perderam por cinco a quatro. Esclareceu que a área tombada pelo município trata da ideia da Praça IV Centenário e estão nela o Américo Brasiliense e os Correios. Tiveram um problema com a Secretaria de Obras durante os últimos dois anos, pois todas as obras que fizeram na área foram feitas sem o aval do conselho, e o conselho intimando, mandando e-mail, carta e ofício, até que resolveram mandar para o Ministério Público e aí apareceu o projeto. A modificação do estacionamento dos Correios foi feita sem considerar as diretrizes apresentadas pelo conselho e tiveram que reformular depois com um risco muito grande para o patrimônio, porque asfaltaram e não fizeram nenhum divisor entre a área do estacionamento e a passarela. Chegaram a ver em um final de semana carro em cima da passarela e essa foi uma das preocupações, pois ela não foi feita para ter carro. Espera que seja apresentado um novo projeto para dizer como será essa relação do que é passarela, mas mais uma vez têm uma passarela que termina em carros. O pedaço da área verde já tem várias alterações e não é projeto do Burle Marx, mas é uma área de drenagem, de pássaros, onde a população senta e faz piquenique de domingo, que reduz calor e aquecimento. O que importa é que é muita área que está sendo tirada, fica um desenho estranho e o próximo passo é fazer tudo estacionamento.
- Júlio Bastos (convidado MDV) lembrou que antigamente na área do Américo Brasiliense os professores estacionavam e quando chovia os carros ficavam boiando. Foi feito um projeto de área verde e foram tirados os carros justamente por causa disso.
- A plenária debateu o assunto.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) disse que não tem vazão na ferrovia, afunila e estreita embaixo. Tem que fazer um grande projeto junto com a ferrovia para fazer a drenagem disso, pois tem dois rios chegando na estação e essa drenagem foi reformulada na década de 1990. A forma como essa drenagem foi implantada na década de 1940, quando começou a urbanização mais frenética, foi muito mal feita, tem um pilar de prédio no meio do rio, pois era permitido na época. Há um problema sério do córrego Carapetuba que não dá muita vazão, esse ano na rua Venezuela deu um empoçamento grande e vai se repetir com



mais frequência. Achar que esse ano foi atípico e os próximos não vão ser, é não acreditar nas mudanças climáticas que estão ocorrendo.

- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) complementou que tem um estudo bem recente que fala que a partir de 2030 cada mês vai ter um recorde de temperatura nos trópicos. O mundo está trabalhando na adaptação às mudanças climáticas e estão indo na contramão.
- A plenária debateu o assunto.
- Elena M. Rezende (convidada SOS PNP) disse que estão falando de drenagem e estão no Semasa, perguntou se esse projeto teve a análise técnica do Semasa e se chegou a ser analisado pelo DGA e DPO.
- Sérgio Bombachini (DPO/SEMASA) respondeu que não. Foi um projeto urbanístico feito pela prefeitura.
- Elena M. Rezende (convidada SOS PNP) falou que estão levantando temas que são muito mais do que drenagem, é biodiversidade, é específico do Comugesan que é a análise ambiental e estão sem a análise ambiental do órgão responsável pela política pública municipal da área ambiental. Questionou se há hoje uma política municipal de mudanças climáticas, pois não estão seguindo uma legislação que já tem quase dez anos, propondo que em cada município tivesse a sua política municipal sobre mudanças climáticas e um conselho municipal também, que é justamente para analisar todas essas interfaces interdisciplinares.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) questionou como podem fazer uma intervenção como foi feita na área dos Correios, uma área tombada e que também tinha verde, e fizeram um projeto que pode criar problema no futuro. Nesta forma de pensar está vendo os erros que a prefeitura vai ter que mudar. Não podem como municípios aceitar que projetos não sejam intercalados, ora área de drenagem, de meio ambiente, parques e obras, porque se não houver intercalação haverá coisas que estarão em conflito.
- Helton Alves da Costa (SEESP) pediu os seguintes encaminhamentos: solicitar o parecer da gestão ambiental e da drenagem com relação ao projeto.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) informou que a lei 7733 relaciona o que precisa de licenciamento ambiental e tem um item que diz sobre outras atividades de interesse. Esse é o caso de pedir o licenciamento ambiental e terão que olhar todas estas questões. Não é fazer um estudo de impacto ambiental de várias páginas, mas definir algumas diretrizes de onde vai impactar e como suprir esse impacto, seja na área de drenagem, da biodiversidade local, da recreação e que

permita mostrar o que vai superar estes impactos que estão sendo apontados.

- Helton Alves da Costa (SEESP) observou que isso venha para o conselho para que seja apresentado.
- Sérgio Bombachini (DPO/SEMASA) disse que estão primeiro discutindo a concepção do projeto, depois vão analisar qualquer tipo de impacto ou licenciamento do projeto que for definido. Quando se definir qual projeto urbanístico que se vai fazer, vai se definir isso.
- Helton Alves da Costa (SEESP) discordou, pois foi apresentado para o conselho o projeto.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) reforçou que foi esse projeto que foi apresentado ao COMDEPHAAPASA.
- Sérgio Bombachini (DPO/SEMASA) falou que a questão inicial de muitas pessoas é a existência desse projeto e a continuidade dele.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que a questão que foi colocada desde o primeiro dia é a não perda da área verde que tem ali.
- José Augusto Pires de Abreu (AEASA) concordou com o Sérgio, pois estão discutindo o projeto e ele está dizendo da concepção, porque o que gerou o projeto é a ampliação de vagas. Começaram discutindo por que aumentar vaga e por que a prefeitura justifica ampliar o número de vagas. A questão é que ninguém citou ciclovia e não se apresentou a questão do transporte coletivo. Começou a se discutir a concepção.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) observou que a realidade é essa que a prefeitura está colocando, este projeto.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que já foi passado isso e que a proposta do Helton de análise ambiental é justa.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) comentou que a Rosimeire informou que não é deliberativo, mas entendem que isso deveria passar pelo Comugesan. Sugeriu fazerem uma moção já que vão suprimir área verde e isso tem que ser deliberado.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que não se trata de moção e sim de darem andamento no que estão pedindo que é o pedido de informações, juntando a isso o documento da UFABC. Têm que trazer novamente à reunião os novos pedidos que estão fazendo e principalmente o promotor da cidade.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) falou que a Rosimeire deu a entender que podem ter todos os pedidos, mas podem começar isso amanhã, já

que não é deliberativo. Entende que deveria ser deliberado no Comugesan, pois estão suprimindo área verde.

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que se vier um pedido de análise ambiental não podem.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) disse que tem que pedir o licenciamento ambiental da intervenção e nesse licenciamento ambiental vão ter que apresentar justificativa e o cálculo de drenagem.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) confirmou os encaminhamentos solicitados: o estudo do licenciamento ambiental, não dá para começar a obra sem explicar a questão ambiental e agregar o documento da UFABC. Perguntou para a plenária se chamavam o promotor ou não.
- A plenária debateu a questão.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) disse que o promotor não vai discutir projeto.
- Rogério Cavanha Babichak (CAJ/SEMASA) observou que a única coisa que ele pediu foram vagas e na verdade pediu para tirar do paço.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) esclareceu que seria tirar as vagas do paço, por bem, tirar os carros de cima do mosaico e, portanto, arrumar as vagas. A discussão que teve entre a prefeitura e o Fórum não foi sobre a questão ambiental e de patrimônio, só se falou que precisa tirar os carros de cima do mosaico e, portanto, precisa arrumar mais vagas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se o número de vagas ficou definido.
- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) respondeu que não tem número de vagas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que a sugestão do Helton é de se fazer o estudo de impacto ambiental.
- Helton Alves da Costa (SEESP) confirmou que seria fazer o licenciamento ambiental, contemplando o parecer do Semasa da parte ambiental e de drenagem.
- Glaucia Bueno Quirino (convidada OAB) acrescentou que a questão da fauna e da própria sustentabilidade.
- Raquel F. Varela (convidada MDV) disse que leu o TAC, o promotor de urbanismo que assinou em 2012 é o que continua sendo promotor na cidade e ele assinou aquilo fazendo mais vagas de estacionamento.

Acha que cabe sim chamá-lo e perguntar se ele concorda com essa ideia de 2012 em 2020.

- Silvia Passarelli (convidada COMDEPHAAPASA) falou que precisa de mais vagas de estacionamento, mas não precisa ser na área verde.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que o mais importante é a preservação da área, então querem o estudo de impacto ambiental.
- Edir Linhares (município) reiterou a questão de que este estacionamento está indicando que há um aumento da demanda de carros circulando na cidade e isso é uma questão ambiental que podem se pronunciar a respeito antes. Como a prefeitura pode reagir contra esse aumento da poluição e tudo o mais. Podem se antecipar como órgão ambiental numa discussão de impacto ambiental, paralela a todos os encaminhamentos.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que no próximo ano entram com essa discussão.

#### **JUSTIFICATIVA DE FALTAS**

- Justificaram ausência nesta reunião: SUP, GCA/GEPLAN, Sec. de Educação, Defesa Civil, Cons. Repres. de Paranapiacaba e Pq. Andreense e Sindicato dos Químicos.

#### **ENCERRAMENTO**

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

**Ivone de Arruda Carvalho**  
Vice-presidente do Comugesan  
Conselheira do MDV